



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681272 - SP (2021/0225797-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : JORGE RODRIGO DE MORAIS RODRIGUES E OUTRO
ADVOGADOS : CARLOS PASQUAL JUNIOR - SP275643
JORGE RODRIGO DE MORAIS RODRIGUES - SP436440
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS PASQUAL JUNIOR
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

O paciente foi condenado à pena de 2 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão, em regime semiaberto, pela prática da conduta descrita no artigo 171, *caput*, do Código Penal.

Irresigna-se o impetrante contra a distribuição por prevenção, de *habeas corpus* para o mesmo juízo que julgou a apelação criminal.

Requer, liminarmente, a expedição de salvo-conduto para que o cumprimento da pena seja suspenso até o julgamento do presente *writ*. No mérito, pugna pelo reconhecimento do impedimento legal para distribuição de *habeas corpus* por prevenção ao mesmo juízo da apelação criminal, decretando-se a nulidade de todos os atos decorrentes.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 648378.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM *HABEAS CORPUS* ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em *mandamus* anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do

art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente